RUFANDO BOMB NEWS Notícias sem rodeios

Domingo, 22 de Novembro de 2026

"Senador sugeriu que Exército roubasse urna do TSE", diz Mauro Cid em delação

PARA FAZER TESTE

Metrópoles

Ex-ajudante de ordens da Presidência do governo Bolsonaro, o tenente-coronel Mauro Cid delatou que o senador Luiz Carlos Heinze (PP-RS) defendeu que o Exército pegasse urna eletrônica sem autorização do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). O parlamentar chegou a apresentar a ideia ao ex-presidente, segundo a delação do militar no âmbito do chamado inquérito do golpe.

De acordo com o depoimento, o senador “usava um documento do Ministério Público Militar que dizia que, como o país estava em GLO [Garantia da Lei e da Ordem], para garantia das eleições, entendia que as Forças Armadas poderiam pegar uma, sem autorização do TSE ou qualquer instância judicial, para realizar testes de integridade”.



O senador Luiz Carlos Heinze (PP-RS) e o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL)

Mauro Cid afirmou à Polícia Federal que Heinze pediu que essa sugestão fosse repassada ao ministro da Defesa, Walter Braga Netto. O então presidente, porém, “não encampou esse entendimento”, segundo delatou o ex-ajudante de ordens.

O senador Luis Carlos Heinze se tornou próximo a Jair Bolsonaro durante a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investigou ações e omissões do governo federal durante a pandemia de Covid-19. O parlamentar fazia parte da base de apoio do então presidente.

O que diz o senador

Procurada, a equipe do parlamentar negou que ele tenha sugerido essa ideia a Bolsonaro. Veja a nota do congressista:

Em nenhum momento cogitei, afirmei ou mesmo pensei em sequestrar, ou confiscar uma urna eletrônica. Todo aquele que afirmar algo nessa direção está faltando com a verdade e será processado por calúnia e difamação.

As ações que empreendi após as eleições de 2022 são de domínio público e estão devidamente documentadas, não se baseiam em conjecturas ou delações. Diante das dúvidas em relação ao escrutínio e atendendo aos apelos por esclarecimentos dos meus eleitores, recorri aos mecanismos legais disponíveis, buscando a intervenção do Estado para a realização de uma investigação imparcial. Essa atitude está alinhada às responsabilidades inerentes à minha função pública e constitui um exercício legítimo do meu dever de fiscalização.